



**Programa Cidadania e Direitos Humanos:
extensão universitária e movimentos
populares**



Apresentação

O Programa Cidadania e Direitos Humanos (PCDH) teve origem em ação conjunta da UERJ, através da Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários, atualmente Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, e do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – Regional, Leste 1.

É o resultado do Projeto “Direitos Humanos: 40 anos”, realizado em dezembro de 1988 e da participação da UERJ no “Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida”.

*Esther Maria M. Arantes**
*Gilberta Acelrad***
*Sérgio Verani****
*Miguel Lanzellotti Baldez****
*Eliana Rocha Oliveira*****
*Ana Carla Souza Silveira da Silva*****

Resumo

Este artigo pretende, de maneira breve, resgatar a história do Programa Cidadania e Direitos Humanos (PCDH) da Sub-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ. Fazemos referência ao Projeto “Direitos Humanos: 40 anos” e ao “Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida”, responsáveis pela idéia da criação de um Programa de Direitos Humanos na UERJ. Descrevemos também as atividades desenvolvidas no PCDH ao longo dos seus oito anos de existência oficial. Enfatizamos neste artigo a relevância dos Programas de Extensão para a aproximação concreta da universidade pública, através do seu corpo docente e discente, com diversos setores comunitários e populares na sociedade, promovendo a integração entre a produção teórica da academia e as práticas sociais.

Palavras-Chave: Extensão Universitária; Direitos Humanos; Compromisso Social; Participação Popular.

* Coordenadora do Programa Cidadania e Direitos Humanos.
** Coordenadora do Curso Drogas e AIDS: questões de Direitos Humanos.
*** Coordenadores do Curso Direito Social.
**** Assessoras do Programa Cidadania e Direitos Humanos.

Antecedentes Históricos

Projeto “Direitos Humanos: 40 anos”

Dos dias 5 a 9 de dezembro de 1988, por ocasião dos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (Regional, Leste 1), em parceria com a Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários (e com apoio do Cese, Caritas, Desenvolvimento e Paz), desenvolveram o Projeto “Direitos Humanos: 40 anos”. O Projeto aconteceu na UERJ e envolveu quatro linhas de trabalho: Seminário, Grupos de Estudo, Mostra de Vídeos e Integração com a Comunidade, e representou uma aproximação entre a UERJ e os movimentos sociais organizados e um primeiro passo na criação do Programa Cidadania e Direitos Humanos (PCDH).

Seminário:

O Seminário teve por objetivo estimular a reflexão sobre o quadro de violação dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo, contribuir para a luta em defesa dos Direitos Humanos, discutir formas de assegurar o cumprimento da nova Constituição brasileira e trazer para a Universidade a discussão da temática dos Direitos Humanos. Os temas do Seminário foram: Direitos Humanos no Mundo; Igreja e Direitos Humanos; Nova Constituição Federal e Direitos Humanos; Violência e Direitos Humanos; e Ecologia e Direitos ao Meio Ambiente.

Grupos de Estudos:

Foram planejados e realizados Grupos de Estudo sobre os seguintes temas: Ética, Mulher, Infância e Juventude, Drogas, Terra Rural, Solo Urbano. Além do debate das questões os grupos apresentaram propostas de ações, pesquisas etc. Dentre as questões discutidas nos vários grupos, destacamos como exemplo: A ética dos “direitos universais do homem” é universal? Como se relaciona com as culturas populares na América Latina?; Direitos Humanos e instituições normativas (prisões, manicômios, escolas etc.); Como trazer para a Universidade a discussão de tudo aquilo que diz respeito à condição da mulher na sociedade?; Direitos da infância e juventude e quadro

da violação destes direitos; Relação droga e sociedade e Discussão da Lei 6368/76; Relação da questão urbana com a situação do campo e a violência contra trabalhadores rurais sem-terra e aliados; Urbanização de favelas e ocupação do solo urbano; Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro; Subsídios à Constituição Estadual.

Mostra de Vídeos:

Durante os cinco dias de duração do Projeto, foram apresentados vídeos sobre as temáticas discutidas no Seminário e nos Grupos. Dentre eles, destacamos, como exemplo:

- 1) “Constituinte: as novas regras do jogo” – de Claudius Ceccon – discussão da participação popular na Constituinte através de uma fábula que conta a história do jogo final de um campeonato de futebol em disputa da Taça Constituinte.
- 2) “Afeto que se enterra” – de Waldir Martins e Nelson Baltrusis – Trata da relação de crianças pobres de São Bernardo do Campo/SP com as instituições de atendimento e a rua.
- 3) “Terra mãe, filhos sem terra” – David Real, José Joaquim, Ivanir Dépasso e Pedro Rodrigues – O vídeo traz depoimentos de Frei Leonardo Boff, Dom Mauro Morelli e Dom Tomaz Balduino, além de lavradores e militantes de organizações rurais sobre a realidade do campo.

Integração com a Comunidade:

A programação dirigida à comunidade incluiu o treinamento de alunos da UERJ, bolsistas da Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários, para desenvolverem trabalhos junto às Escolas de 2º Grau do entorno da UERJ, distribuindo os folderes do Seminário, que incluiu o texto da Declaração dos Direitos Humanos e uma relação de endereços úteis relativas à defesa dos Direitos Humanos. Além da escola, o material de divulgação foi distribuído na Estação do Metrô da Carioca, por uma equipe de estudantes do Diretório Central dos Estudantes da UERJ.

Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida

Preocupados com a violência exercida contra a população pobre, o Encontro Regional de Direitos Humanos, realizado em Petrópolis, em 1987, discutiu exaustivamente o tema. Neste mesmo ano, os Centros de Defesa de Direitos Humanos Bento Rubião e Petrópolis elaboraram um dossiê demonstrando os números desta violência. Um ano depois, em 1988, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, em assembléia, estabelece como prioridade a luta contra a violência.

Cresce a mobilização das entidades civis contra a violência em todo o Estado, em especial na Baixada Fluminense, Volta Redonda e Petrópolis. Em 1989, dois jovens de Nova Iguaçu que procuravam trabalho em Volta Redonda foram mortos pela polícia nas dependências do hotel em que se encontravam hospedados. Este fato estimulou a necessidade, há muito sentida, de uma articulação permanente que tratasse exclusivamente da questão da violência. Mobilizaram-se as Dioceses de Nova Iguaçu, Volta Redonda, Duque de Caxias, lideradas pelos Bispos Dom Mauro Moreli, Dom Adriano Hipólito e Dom Waldir Calheiros. Nasce o “Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida”, em grande evento realizado na UERJ, em 20.09.1989 – presentes cerca de mil pessoas.

Seguiram-se a este outros encontros, dentre eles um realizado em 30 de novembro de 1989, em Duque de Caxias, e outro em 28 de abril de 1990, em Volta Redonda. Em 15 de junho de 1990, em Duque de Caxias, realizou-se uma reunião com a presença da Anistia Internacional. Participaram destes encontros 193 entidades.

O Fórum elaborou o dossiê *Quando a vida não tem valor*, relativo às mortes ocorridas no primeiro semestre de 1989 no Rio de Janeiro, para divulgação a partir do VII Encontro inter-ecclesial de Base (CEB's), realizado na Diocese de Duque de Caxias em julho de 1989, e a cartilha *Lutar contra a violência é lutar pela vida*, com tiragem de dez mil exemplares. Também publicou três edições do Jornal VIDA, cuja edição esteve sob a responsabilidade de José Ribamar Bessa Freire, atual coordenador do Programa dos Povos Indígenas da UERJ.

Em seguida, comentaremos um pouco mais sobre este Fórum e sua importância para a criação do Curso de Extensão Direito Social.

Curso de Extensão Direito Social

O Curso de Extensão Direito Social nasceu a partir da união das entidades que constituíram o “Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida”.

As entidades promotoras do Fórum eram o Centro de Defesa dos Direitos Humanos João Cândido/Duque de Caxias e São João de Meriti; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis; a Comissão de Direitos Humanos de Volta Redonda; a Comissão Justiça e Paz de Nova Iguaçu; o Centro de Cultura Oscar Romero; o Movimento Comunitário Contra a Violência de Volta Redonda; o Movimento de Associações de Bairro de Nova Iguaçu; a FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro; a Diocese de Nova Iguaçu; a Diocese de Volta Redonda; a Diocese de Duque de Caxias; a Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários da UERJ; o MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos – Regional Leste I, além da participação de inúmeras outras entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos.

Os companheiros que militavam nessas entidades sentiram a necessidade de estabelecer um vínculo mais forte entre si, articulando-se os movimentos sociais e criando-se um espaço coletivo e alternativo de enfrentamento da violência contra os oprimidos e marginalizados. Muitas reuniões, conversas intermináveis, em Volta Redonda, Nova Iguaçu, Caxias, até a criação do Fórum, que, durante três anos – com muitas outras reuniões, atos públicos, manifestações – funcionou como grande espaço de resistência, reflexão e ação comunitária.

Dos inúmeros encontros e atividades pensou-se, depois, na criação de um outro espaço, mais específico e determinado, talvez um curso, onde se pudessem aprofundar as razões da exclusão social, um espaço de reflexão sobre o papel do Direito na sociedade capitalista, discutindo-se o Direito como prática vinculada ao processo histórico e desenvolvendo-se estudos e pesquisas que resgatassem as experiências coletivas dos movi-

mentos sociais, construindo-se uma nova teoria e prática jurídicas. A idéia do curso foi-se visualizando, concretizando-se. Os temas eram aqueles sempre presentes na militância dos movimentos, eram os temas do sofrimento e da luta pela vida: o Estado opressor, a reforma agrária, a reforma urbana, a violência institucional, o trabalho, as lutas populares, a negação dos direitos.

Surgia, então, o curso Direito Social. O seu arcabouço teórico/acadêmico foi basicamente elaborado pelo companheiro Miguel Baldez. Como a Sub-Reitoria para assuntos comunitários já integrava o “Fórum Contra a Violência”, foi unânime a opção pela UERJ. Era preciso, porém, que o projeto do Curso fosse aprovado pela Faculdade de Direito. Esta solicitação foi ainda ratificada pelos Bispos de Caxias (Dom Mauro Morelli), de Nova Iguaçu (Dom Adriano Hipólito) e de Volta Redonda (Dom Waldyr Calheiros). Após tramitação pela Congregação da Faculdade, o Curso foi aprovado, com início em março de 1992.

Em 1988, o PCDH, ainda em formação, participou de uma bela experiência, integrando a coordenação do “Curso de Direitos Humanos” realizado na Diocese de Duque de Caxias. No segundo semestre, de agosto a dezembro, todos os sábados, de 9 às 12 horas, discutia-se um tema sobre Direitos Humanos, aproveitando-se a mobilização da Constituinte de 88. Havia um formidável grupo de militantes, de Duque de Caxias e São João de Meriti; além do grupo da Diocese – Irmã Marisa, Frei Evaristo, Frei André.

Desse Curso nasceu, no início de 1989, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos João Cândido. O ato de fundação do Centro foi um inesquecível encontro de militantes, homenageando o grande herói brasileiro João Cândido, o Almirante Negro da Revolta da Chibata de 1910, que havia morado em São João de Meriti. Sua filha Zelândia, lutadora permanente, ali estava. Zelândia agradece a homenagem e pega da sua bolsa um velho recorte de revista, dobradinho, roto, e vai abrindo esse recorte, mostrando, feliz e emocionada, a foto do pai João Cândido.

Essa lembrança tem um grande significado – afetivo, político – e serve como referência sobre o papel da Universidade, da sua política de extensão e cultura: descobrir, revelar e também fazer a nossa História.

O Curso de Extensão Direito Social, ao longo desses anos, tem sido uma experiência enriquecedora para todos. Os alunos representantes de movimentos populares têm, muitos deles, o primeiro contato com o espaço universitário; sentem-se respeitados, sentem-se cidadãos. Há uma intensa troca de experiências; para os estudantes da UERJ e de outras Universidades, e para os alunos já formados, surge a revelação de um outro mundo, através dessa integração com pessoas sem formação acadêmica, mas forjadas na luta e na dor, pessoas lúcidas, cheias de sabedoria, e que sabem apontar, confiantes, os caminhos da transformação.

Juntos, todos caminham nessa busca de parceiros, aprendendo, sempre, a pensar um novo modo de organização social, com permanente inquietação, angústia, indignação, potencializando o acúmulo de forças.

Para os professores, o Curso constitui uma permanente renovação e democratização do pensamento, possibilitando a fundamental integração entre teoria e ação.

Consolidação do Programa Cidadania e Direitos Humanos

Objetivos

O Programa Cidadania e Direitos Humanos foi criado, oficialmente, através de Ato Executivo da Reitoria, datado de 27/02/1992, com os seguintes objetivos: 1) criar um espaço permanente de reflexão na Universidade sobre a questão da Cidadania e Direitos Humanos; 2) integrar a Universidade com os Movimentos Sociais organizados, construindo coletivamente um projeto comum em defesa da Cidadania e Direitos Humanos; 3) desenvolver Estudos e Pesquisas interdisciplinares sobre a questão da Cidadania e Direitos Humanos; 4) fornecer subsídios a órgãos governamentais, organismos da sociedade civil e movimentos sociais envolvidos com a questão da Cidadania e Direitos Humanos; 5) desenvolver ações pedagógicas que contribuam para a construção da Cidadania e Direitos Humanos.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo PCDH ao longo destes anos destacamos: Projeto Sin-Cidadania (pesquisas e acervo para consulta); os Cursos de Extensão Direito Social e Dro-

gas e AIDS: questão de Direitos Humanos; Laboratório de Temas Jurídico-Sociais; Rede de Direitos Humanos Drogas e AIDS/RDHDA; publicação dos Cadernos do Curso de Direito Social; promoção de seminários e debates relevantes para a temática dos Direitos Humanos; apoio e assessoria aos movimentos sociais.

Considerações sobre sua Atualidade

Dez anos de Curso de Direito Social:

Em 2001, o PCDH estará comemorando a realização, pelo décimo ano consecutivo, do Curso de Extensão Direito Social, que tem se mantido numa profícua relação dialética entre comunidades e academia. O que se quis desde a origem foi estabelecer a discussão crítica em torno dos temas e das contradições mais agressivas da instável e desagregada realidade brasileira. Na verdade, o Curso de Direito Social nasceu contemporaneamente com um dos momentos mais agudos do processo histórico da apropriação colonialista do Brasil, o neoliberalismo e a chamada globalização, que, na essência, não passam de novos modos de dominação dos países centrais sobre os ditos periféricos, ou terceiro mundistas.

O bom resultado do curso foi alcançado abrindo-se as portas da Universidade à gente comunitária, sempre e perversamente excluída dos projetos e estudos universitários. Se de extensão se tratava, que se rompesse, como ponto de partida, com o elitismo das instâncias academicistas e se fizesse com as comunidades, em torno dos temas programados, uma interação desmistificadora de antigos e falsos conceitos. Foi assim que, contando com a participação de importantes companheiros de lutas mais amplas, tanto no campo teórico como no concreto dos confrontamentos sociais, o curso contribuiu e vem contribuindo para a formação cultural e política dos que não vão, por falta de acesso, às Universidades, e daqueles que, estando na Universidade, não conseguem romper o cerco positivado do juridicismo oficial, garantia do velho e, como diz o Pierre Bourdier, certeza de que o porvir será sempre uma decorrência inevitável do passado.

Mas o curso, com as características que tem, explicáveis por sua origem comunitária, ficando apenas no campus, acabaria sendo limitativo por

não lhe ser possível abrigar em seu corpo discente todos os interessados, incluindo aqui comunidade e universitários. Criou-se, então, o Curso Regional Direito Social, externo e realizado sempre em região, cidade ou bairro do Rio de Janeiro previamente habilitado. Vale registrar que, neste ano de 2001, o Curso Regional estará completando o seu oitavo ano de existência, bem como anotar, pela importância social de cada uma, as cidades beneficiadas nos anos anteriores. Assim, em ordem cronológica desde a primeira: Volta Redonda, Nova Iguaçu (duas vezes), Angra dos Reis, São João de Meriti, Campo Grande (bairro da Zona Oeste do Rio) e Petrópolis (em parceria com o Centro de Defesa de Direitos Humanos), já havendo, para este ano, duas cidades inscritas: Duque de Caxias e Resende, em disputa da vez.

Outros projetos e atividades tiveram lugar como desdobramento do Curso de Direito Social, como por exemplo, o Laboratório de Temas Jurídico-Sociais. Entre as questões debatidas no Laboratório merecem destaque especial os estudos sobre o processo de desconstitucionalização do país em cujo campo foram discutidos: 1) o desfazimento da estrutura econômica da Constituição, definida pelos constitucionalistas como constituição econômica, dando-se isso principalmente pela privatização do setor energético e pela extinção do monopólio do petróleo; 2) a conseqüente perda dos direitos sociais coletivos, por faltar-lhes a sustentação adequada. Viu-se, enfim, como uma Constituição democrática, fundada em princípios comprometidos com a concepção da mulher e do homem na sociedade, como os princípios do respeito à dignidade do homem e da cidadania, acabou, pela radicalização capitalista do neoliberalismo, transfigurada, quanto aos Direitos Humanos, em mero compêndio de registros verbais.

Outro tema do Laboratório foi relativo aos quinhentos anos do Brasil, onde debateu-se o preconceito que em suas variadas manifestações sociais e, ao mesmo tempo, ideologia e ação concreta, servindo de modo exemplar à tese de Boaventura de Souza Santos, para quem são faces do mesmo fenômeno da colonização o genocídio das raças subalternizadas e o epistemicídio da cultura desses povos. Em 2001, o Laboratório terá por objeto a reflexão da situação dos Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar, como um dos resultados das discussões implementadas nesses espaços, a produção de, até o momento, quatro números do *Cadernos de Direito Social*¹ e também a formação de uma Videoteca na área dos Direitos Humanos em parceria com o Centro de Tecnologia Educacional (CTE) da UERJ.

Finalmente, outro desdobramento do Curso de Direito Social foi o Projeto Sin-Cidadania, que se constitui como um acervo de pesquisas e dados nas áreas de terra, criança e adolescente, drogas e AIDS.

Atividades na Área de Drogas e AIDS:

Questão de Direitos Humanos:

Nesta área vêm sendo planejadas atividades direcionadas para o que chamamos “educação para a autonomia” no que se refere ao uso de drogas e à pandemia da AIDS, com base na proposta de redução de danos. Tal proposta pressupõe uma educação amparada nos direitos humanos. Essas atividades têm sido desenvolvidas em três campos básicos:

- Formação Extensionista através do Curso de Extensão Universitária “Drogas e AIDS: questões de Direitos Humanos”, já no seu quinto ano de existência. O corpo docente é expressão da construção de um saber coletivo, integrando profissionais de diversas áreas e de diversas universidades. Recientemente, o Curso foi selecionado como uma prática exemplar na área de AIDS e Direitos Humanos, pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS/ABIA, Secretaria de Políticas Sociais e UNAIDS (dezembro 1999).
- Publicação do livro *Avessos do prazer: Drogas, AIDS e Direitos Humanos*, com organização de Gilberta Acselrad, que reúne a maioria dos textos discutidos durante o Curso de Extensão Universitária “Drogas e AIDS: questões de Direitos Humanos”.
- Articulação Comunitária com a formação da Rede de Direitos Humanos Drogas e AIDS (RDHDA), criada em julho de 1998, tendo como objetivo central a defesa dos direitos dos usuários de drogas e pessoas vivendo com HIV/AIDS, num espaço de construção de um saber coletivo. A RDHDA é integrada por ex-alunos do Curso e por ou-

tras pessoas, instituições públicas, entidades de classe e associações comunitárias, localizadas no Município do Rio de Janeiro e na região metropolitana. Dentre seus produtos há a edição bimensal de Boletim Informativo.

Outros projetos estão sendo encaminhados pela RDHDA: uma Declaração de Direito dos Usuários de Drogas e o Observatório de Direitos Drogas/AIDS.

Atividades na área da Criança e do Adolescente:

A área da Criança e do Adolescente tem merecido especial atenção do PCDH (através de estudos, pesquisas, seminários e parcerias com Centros de Defesa da Criança e do Adolescente), tendo o seu crescimento possibilitado, em março de 2001, a criação do Programa de Formação em Direitos da Infância e Juventude/Pró-Adolescente.

Considerações Finais

Ao longo desses anos, o PCDH tem estabelecido parcerias com as comunidades pobres e movimentos sociais como forma de acesso à universidade, sem contudo negligenciar as parcerias com as unidades acadêmicas e a formação dos alunos da UERJ, oferecendo a estes participação plena em todas as suas atividades. Busca atualmente, junto ao Centro de Tecnologia Educacional (CTE) da UERJ, implementar Cursos de Extensão à Distância, para também contribuir no processo de interiorização da universidade.

Quanto aos desafios, não apenas para o PCDH, mas acreditamos para a extensão em geral, um deles tem sido o financiamento das suas atividades. Não existindo instância oficial de fomento à Extensão Universitária, este financiamento, quando existente, é muitas vezes proposto na forma de atrelamento da extensão a um apêndice das políticas assistenciais do governo. O PCDH tem resistido a essas propostas que, se aceitas, descaracterizariam totalmente seus objetivos.

Outro desafio para a extensão é evitar os processos meramente burocráticos de avaliação, porque não apenas não captam a diversidade das ati-

vidades de extensão – sua maior riqueza –, como tendem a fazer, como vem acontecendo nos Programas de Pós-Graduação, que os professores e alunos passem a produzir, unicamente ou fundamentalmente, para constar dos relatórios, em um infundável cumprimento de prazos e preenchimento de papéis que tem servido mais à burocracia do que ao ensino e pesquisa.

Dado a sua diversidade e seu enorme potencial criativo, acreditamos que a Extensão tem um papel relevante tanto na resistência ao desmonte da Universidade Pública como na construção de um saber implicado nas lutas da população por melhores condições de vida.

Notas

1 A série Cadernos de Direito Social é uma publicação do PCDH (Programa Cidadania e Direitos Humanos) / UERJ.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Gilberta (Org.). *Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. 265 p.

Abstract

This paper intends to briefly trace the history of 'Programa Cidadania e Direitos Humanos' – PCDH – (*Program for Citizenship and Human Rights*) sponsored by the Sub-Rectory for Extension and Culture at UERJ. We make reference to the project "Direitos Humanos: 40 anos" (Human Rights: 40 years) and "Fórum Permanente Contra a Violência, em Defesa da Vida" (*Permanent Forum Against Violence in Defense of Life*), responsible for the idea of creating a Program for Human Rights at UERJ. We also describe the activities developed at PCDH during its eight years of existence. In this paper, we emphasize the relevance of the Extension Programs to draw the public university, through its faculty and students, closer to several community and popular segments of society, by promoting the integration between academic production and social practices.

Keywords: University Extension Programs; Human Rights; Social Commitment; People's Participation.

